



## UMA ANÁLISE DECOLONIAL DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESCONSTRUINDO O RELATÓRIO DA ONU (2022)

### A DECOLONIAL ANALYSIS OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: DECONSTRUCTING THE UN REPORT (2022)

Wellington Aires da Cruz Pereira<sup>1</sup>

Samuel Mendonça<sup>2</sup>

**Resumo:** Há muito se debate sobre a importância de construir outras matrizes críticas do pensamento, para além daquelas herdadas do colonialismo. Seria realmente possível pensar além das matrizes do pensamento colonizador? Isso significaria negar a relevância do discurso colonial? O artigo analisa o vídeo de divulgação do Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, publicado em 2022. A partir de uma perspectiva metodológica crítica, busca, por meio da categorização de seu conteúdo verbal, refletir sobre as concepções de sustentabilidade que emergem do texto. A análise é fundamentada em referenciais decoloniais e coloca em questão a construção discursiva das estratégias de mitigação dos problemas ambientais propostas dentro do sistema capitalista. Como resultado, verificou-se que, na peça analisada, se manifestam estratégias discursivas que apagam ou compartilham responsabilidades, revelando estruturas de poder e processos de subjetivação coloniais.

**Palavras-chave:** Decolonial; ODS; ONU; Poder.

**Abstract:** The debate over the need to develop alternative frameworks of critical thinking, beyond those inherited from colonialism, has persisted for a long time. Is it truly possible to think outside the confines of colonizing thought? Would such an endeavor require us to dismiss the significance of colonial discourse? This article analyzes the promotional video for the United Nations Sustainable Development Goals Report, published in 2022. Methodologically, it categorizes the verbal content to explore the conceptions of sustainability conveyed in the text. The critical analysis draws on decolonial frameworks, critically engaging with the discursive construction of strategies aimed at addressing environmental issues within the capitalist system. The analysis uncovers discursive strategies that either obscure or distribute responsibility, exposing colonial power structures and processes of subjectivation.

**Keywords:** Decolonial; SDGx; UN; Power.

## 1 Introdução

O presente artigo analisa como o conteúdo do vídeo *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Relatório 2022* (*The Sustainable Development Goals Report 2022*, 2022), divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio de seu Departamento de Estatísticas, constrói, por meio de seus elementos verbais, a concepção de “um mundo sustentável”. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

<sup>1</sup> Doutorando em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Faculdade de Tecnologia de Americana "Ministro Ralph Biasi" (FATEC Americana) Americana, SP, Brasil. [well.aires@gmail.com](mailto:well.aires@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, SP, Brasil. [samuelms@gmail.com](mailto:samuelms@gmail.com)



(ODS), que compõem a Agenda 2030, foram apresentados em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, delineando um plano global para a erradicação da pobreza, a proteção ambiental e a promoção da paz e prosperidade (Silva, 2018).

Os ODS constituem uma ampliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e buscam construir uma perspectiva mais universal, incluindo tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Nesse novo arranjo, os países do Sul global deixam de ser vistos apenas como receptores de ajuda e passam a ser considerados agentes responsáveis por cumprir metas específicas (Camacho, 2017). No entanto, essa suposta inclusão merece ser problematizada, sobretudo diante das visões ambientais dominantes do Norte global e dos interesses que estruturam o sistema econômico internacional. Afinal, a transformação da realidade climática exige mudanças profundas e estruturais. Como argumentam Mendonça, Piovesana e Pissolito (2025), uma educação ambiental comprometida com a geoética planetária e com a justiça socioambiental requer uma perspectiva ética capaz de questionar as lógicas utilitaristas e economicistas que sustentam o discurso hegemônico da sustentabilidade.

Nesse contexto, este estudo propõe uma leitura crítica do relatório da ONU a partir de uma perspectiva decolonial, com o objetivo de evidenciar as ideologias subjacentes ao discurso da sustentabilidade. Pergunta-se, então: seria possível “corrigir” a rota do sistema e propor novos olhares e práticas frente à crise climática? Embora possa parecer paradoxal propor uma “correção” a partir de referenciais decoloniais, muitos dos quais rejeitam a ideia de reforma dentro do sistema vigente, os autores deste artigo se apropriam criticamente dos fundamentos dessa matriz teórica, reconhecendo tanto sua potência quanto seus limites, conforme será discutido na conclusão.

A noção de sustentabilidade, quando articulada ao capitalismo global, torna-se uma ferramenta ideológica que busca construir consensos e atribuir coerência a narrativas que, por vezes, mascaram ameaças concretas à vida, à diversidade e ao planeta. A escolha por uma vertente decolonial justifica-se não apenas pela expressiva produção acadêmica recente nessa linha (Muñoz-Arce; Rain, 2022; Uдах, 2024), mas também pela relevância de autores clássicos como Quijano (2007), Mignolo (2011) e Lugones (2003), cuja obra é fundamental para a compreensão e transformação crítica de problemas sociais estruturais.

A ONU, enquanto uma das principais instituições de regulação transnacional, tem suas origens nos países centrais do capitalismo e, por isso, suas resoluções e diretrizes



frequentemente refletem interesses alinhados às grandes potências econômicas. Como argumenta Barroso (2006), essa regulação impõe constrangimentos estruturais nas esferas política, econômica e geoestratégica, especialmente no contexto da globalização. As visões de sustentabilidade que emergem desse cenário são indicativas de como o sistema capitalista projeta futuros possíveis para o meio ambiente e a humanidade.

Esta análise, portanto, insere-se no campo dos estudos decoloniais, os quais se contrapõem à lógica cartesiana que separa seres humanos e natureza, uma visão crítica também compartilhada por Santos (2022, p. 67), ao afirmar que a natureza é concebida, na modernidade ocidental, como “[...] uma entidade inerte, um imenso recurso à disposição da humanidade”. Questões como: há, de fato, uma separação entre humanidade e natureza? Todos são reconhecidos como humanos? O discurso ecológico atual contempla formas plurais de existência? São atravessadas pela colonialidade do saber, do poder e do ser?

Diferentemente dos estudos pós-coloniais, com raízes mais ligadas ao contexto asiático e africano, os estudos decoloniais concentram-se principalmente nas realidades da América Latina e do Caribe. Apesar das distintas formas de colonização, há um denominador comum: a imposição de uma ordem baseada no controle de populações, territórios e culturas. Essa lógica de dominação não ficou restrita ao passado, mas permanece ativa nas estruturas atuais, em articulação com o capitalismo e o patriarcado (Santos, 2022).

Este artigo, intitulado *Análise Decolonial sobre o Conteúdo do Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2022)*, parte da convicção de que certos discursos, muitas vezes apresentados como avanços civilizatórios, devem ser lidos criticamente. Adotar uma perspectiva decolonial, nesse contexto, não significa apenas recusar discursos hegemônicos, mas propor formas alternativas de pensar o conhecimento, o mundo e a própria ideia de futuro.

## **2 Do pós-colonial ao decolonial**

No campo acadêmico, o discurso pós-colonial, como desenvolvido por autores como Homi K. Bhabha (2004) e Edward Said (2014), oferece uma análise crítica do legado da colonização, enfatizando as complexidades da identidade, da cultura e das relações de poder que persistem após o fim dos impérios coloniais. O pós-colonialismo,



em essência, analisa o impacto da colonização e os modos pelos quais as antigas colônias tentam reconstituir suas narrativas e sujeitos históricos.

Por outro lado, o pensamento decolonial, representado por autores como Aníbal Quijano (2007), Walter D. Mignolo (2011) e María Lugones (2003), vai além da crítica pós-colonial ao propor uma ruptura com as formas de conhecimento, poder e ser que ainda reproduzem as lógicas coloniais. Diferentemente de uma simples revisão crítica do passado, o pensamento decolonial busca construir alternativas epistemológicas e sociais que permitam aos povos historicamente colonizados romper com as estruturas impostas pelo colonialismo. Trata-se de uma proposta de emancipação do pensamento e da ação, que valoriza a pluralidade de saberes e experiências e propõe uma visão de mundo desvinculada das hierarquias coloniais (Mendonça, 2025).

Dessa forma, é fundamental compreender que, enquanto a literatura pós-colonial se dedica principalmente à reflexão crítica sobre o processo de colonização e suas consequências, a perspectiva decolonial propõe, de maneira mais radical, a criação de caminhos alternativos para pensar e agir sobre os problemas sociais, a partir de outras matrizes epistemológicas e ontológicas.

Na contemporaneidade, o capitalismo, em constante articulação com a lógica colonial, aprofunda sua capacidade de produzir desigualdades, especialmente em função da natureza multifatorial de suas crises. Isso não surpreende, considerando que a lógica central do sistema é o acúmulo de capital (Marques; Andrade, 2020). Nesse contexto, a desigualdade não é uma disfunção, mas sim uma consequência estruturante. Diante desse cenário, imaginar caminhos viáveis para corrigir os rumos desse modelo e superar as desigualdades por ele geradas torna-se uma tarefa cada vez mais desafiadora (Lima; Spellmann, 2022).

### **3 Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em revisão de literatura e orientada metodologicamente pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2015). Na etapa de pré-análise, dedicada à sistematização das ideias iniciais, refletiu-se sobre a relevância dos relatórios da ONU sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para compreender como essa organização constrói discursivamente a noção de sustentabilidade. No entanto, por serem documentos extensos e técnicos, esses relatórios tendem a atingir um público restrito, composto, em geral, por especialistas,



pesquisadores e profissionais da área. Diante disso, buscou-se uma forma de comunicação mais acessível e sintetizada dessas informações, o que levou à identificação de um vídeo oficial da ONU que apresenta, de maneira resumida, os dados centrais do *The Sustainable Development Goals Report 2022*. Após uma primeira visualização, definiu-se que esse vídeo constituiria o corpus da pesquisa, tanto por seu potencial de difusão (com mais de 80.000 visualizações em dois anos), quanto por seu papel enquanto veículo de propagação de ideias, explícitas e implícitas, em linguagem acessível e de ampla circulação. O vídeo aqui estudado, com aproximadamente cinco minutos de duração, apresenta uma síntese do relatório oficial, com ênfase nos efeitos negativos da pandemia da COVID-19 sobre a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em tempos de negacionismo científico e propagação de discursos ambientais sobre sustentabilidade, é crucial compreender como essa comunicação com um público amplo é pensada e realizada, já que, para muitos, o contato com o relatório se dá, talvez, apenas por meio do seu resumo.

Os elementos verbais do vídeo foram integralmente transcritos, a fim de garantir a exaustividade na análise do conteúdo. A partir da leitura atenta desse material, formularam-se hipóteses iniciais, entre elas a de que o discurso recorre a recursos linguísticos específicos para lidar com questões de autoria, apagamento e corresponsabilidade.

Durante a fase de exploração do corpus, foram identificados e registrados tópicos de interesse que emergiram da recorrência de certos padrões discursivos, os quais possibilitaram a formulação de categorias analíticas. As categorias definidas foram: (i) uso de dêiticos como elementos de engajamento ou distanciamento da audiência; (ii) apagamento dos agentes das ações, frequentemente construído por meio de estruturas como a voz passiva; e (iii) atribuição de responsabilidade a entidades não humanas, como conceitos abstratos ou coletivos institucionais, em detrimento da nomeação de atores sociais específicos.

Para validar a relevância dessas categorias, os exemplos extraídos do corpus foram organizados em quadros, permitindo uma visualização sistemática das ocorrências. A análise desses exemplos possibilitou inferências sobre as estratégias comunicacionais presentes no vídeo, cujos resultados serão apresentados na seção seguinte.

Essa análise também se fundamenta em perspectivas de decolonialidade, ao interpretar o material sob a ótica crítica à visão puramente eurocêntrica que parece



dominar os debates ambientais, especialmente os promovidos pela ONU, em uma construção ideológica de manutenção da colonialidade.

#### **4 Pode a sustentabilidade ser decolonial?**

Existem esforços de alguns pesquisadores (Renk; Winckler; Ampolini, 2025; Zonta et al., 2023) voltados para o desenvolvimento de uma "sustentabilidade decolonial". Seria possível utilizar o termo "sustentabilidade" para englobar práticas outras, milenares e não subordinadas ao sistema capitalista? Essas questões contribuem para um posicionamento crítico sobre a colonialidade das práticas "sustentáveis" e a própria concepção do que é mudança ou transformação, ou se, na verdade, essas práticas não passam de estratégias para preservar o sistema vigente.

Enxergar o lado “obscuro” e ideológico da aplicação contemporânea da palavra sustentabilidade, e os jogos semânticos nela envolvidos, exige um olhar atento ao presente, no sentido proposto por Giorgio Agamben (2009), para quem só é contemporâneo aquele que fixa seu olhar em seu próprio tempo, percebendo não apenas sua luz, mas também sua escuridão. Em uma perspectiva semelhante, Dostoiévski (2014) já alertava que o homem que constrói é o mesmo que destrói. Friedrich Nietzsche (2002), influenciado pelo pensador russo, apresentou uma visão menos romantizada do ser humano, que já se delineava desde o século XIX (Stellino, 2015).

Para Mignolo (2011), o que há de mais escuro na modernidade é a colonialidade. É fácil ser seduzido pela ideia de promover comportamentos sustentáveis, aderindo a uma agenda de preservação e mudanças de comportamento de consumo, vivendo à “luz” de um pensamento considerado inequivocamente positivo e saudável. Contudo, é preciso perceber o que está oculto, a “escuridão” que sustenta uma rede de ações que não transformam, mas maquiagem a realidade. O conceito de “sustentabilidade” tem sido utilizado para preservar a exploração dos recursos naturais, mantendo um discurso comprometido com o sistema que gerou os efeitos que hoje presenciamos. Desde a ECO 92, os discursos sobre a necessidade de preservação da natureza se repetem nas diversas conferências realizadas em diferentes institutos ao redor do mundo. Isso não significa que os discursos devam ser desconsiderados ou que se deva ignorar sua importância, mas sim que é necessário ir além deles, colocando em prática os ideais fundamentais para a construção de uma nova visão de mundo.



Debates sobre cosmopolitismo e humanismo também enfrentam essa questão. Há muito tempo se constrói discursos potentes em relação à superação de formas de desigualdade, preconceito e exclusão social. No entanto, como afirmam Hansen (2011) e Said (2004), é necessário ir além dos discursos, indo em direção a uma ação concreta que ultrapasse as limitações do cosmopolitismo e do humanismo.

O pensamento colonial se sustenta por meio da subjugação da subjetividade, mantendo formas de dominação que impõem saberes e epistemologias desconectados da realidade social em que estão inseridos (Kosop; Lima, 2017). Um discurso bem articulado sobre sustentabilidade é facilmente aceito e dificilmente questionado, pois, em última instância, transmite uma mensagem de "futuro melhor", de "evolução da consciência", de "salvação" da existência humana. É interessante notar que a ideia de evolução da consciência é marcada pelo discurso colonial, que remete a complexas construções sobre a própria consciência, seja a partir do pensamento de Hegel (1979) ou Kant (1902), sem considerar a perspectiva da fenomenologia. Houve críticas a esse tipo de postulado no Ocidente, com destaque para o pensamento de Friedrich Nietzsche (1999a, 1999b), que questionou as noções de consciência e de sujeito. Para Nietzsche, o homem é ficção, um resultado de um discurso construído pela moral dos senhores. Em outros termos, o homem é vontade de potência (*Der Wille zur Macht*), um conjunto de forças de construção e desconstrução em constante movimento.

Reconhecer a dimensão crítica dos filósofos do Norte permite um trânsito para outras matrizes, embora esses autores também estejam imersos no discurso colonial. Na colonialidade, não existem realidades locais ou cosmologias alternativas, mas sim uma tentativa de uniformização das visões de mundo e modos de agir; frequentemente, essas visões são impostas verticalmente do Norte para o Sul, em uma perspectiva eurocêntrica. A colonialidade, é claro, não é homogênea, e a uniformização que aqui se destaca refere-se a uma tentativa de compreender algo complexo. Não se trata de invalidar a produção de conhecimento de autores do norte do globo, mas de apontar seus limites, que buscam uniformizar o que é distinto e identificar o que é múltiplo.

Assim, o termo sustentabilidade torna-se esvaziado, pois as ações ambientais são cooptadas coercitivamente pelo sistema capitalista global, em uma lógica de lucro e autopreservação (Pereira et al., 2017). Essa tentativa de enquadramento universal dos problemas ambientais é evidentemente injusta, pois o próprio sistema econômico capitalista é responsável pelo colapso ambiental que observamos (Jones; Reid; Macmillan, 2022). De acordo com Spivak (2009), o singular não é verificável, mas, com



um olhar experiente, é possível proteger a razoabilidade, em vez de aderir sem crítica a discursos do poder que insistem em falar por todos.

Na sociedade capitalista e neoliberal, a sustentabilidade não é vista como uma necessidade intrínseca, mas como uma maneira de criar vantagens competitivas e melhorar a reputação das corporações, posicionando-as em um nicho de mercado considerado consciente e ecológico. Esse posicionamento parece adequado e vantajoso em um mundo "preocupado" com questões ambientais (Teixeira; Sobrinho; Reato, 2024). Na prática, sustenta-se o sistema financeiro e aqueles que estabelecem suas regras (Pereira et al., 2017).

Após a metade do século XX, a ideia de recursos inesgotáveis começou a desmoronar. Nesse contexto, emerge uma consciência ecológica sobre os impactos graves na natureza causados pelo modo de produção capitalista. Tal consciência se materializa, principalmente, no discurso de especialistas em questões ambientais, que passam a divulgar a necessidade de impor limites à exploração de recursos naturais (Pereira et al., 2017).

Mignolo (2011) afirma que, em determinado momento, a colonialidade passou a abarcar a ideia de “natureza” e “recursos naturais”, dentro da perspectiva da cosmologia ocidental, fundamentada tanto em bases teológicas quanto seculares. Segundo o autor, a visão colonial criou um sistema epistemológico que legitima a exploração em quantidades exorbitantes, começando com a regeneração e, em seguida, a reciclagem. Dessa forma, estaria assegurada a mercantilização dos alimentos e até mesmo da própria vida. Essa estratégia revela como o capitalismo se reinventa a partir de momentos de crise (Tragtenberg, 2012).

Questiona-se, assim como fizeram Redvers et al. (2022), como podem ser resolvidos problemas complexos a partir da mesma visão de mundo que os criou? Se o capitalismo recria seus mecanismos a partir de suas próprias crises, não há mudança radical, mas apenas adaptações do mesmo projeto de sociedade que produziu, e ainda produz, desigualdade social acentuada e seus resultados, como a fome e a mortalidade infantil; a crise climática e o esgotamento de recursos naturais; a exploração intensiva da força de trabalho, especialmente das massas de trabalhadores do sul global, sujeitas à baixa remuneração e a condições degradantes de sobrevivência.

A estratégia global de conformação a uma agenda capitalista envolve até mesmo o negacionismo climático. Nas décadas de 1980 e 1990, nos Estados Unidos, os ambientalistas eram vistos como “comunistas disfarçados”, em uma tentativa clara de



defender as "liberdades individuais" e a redução do poder do Estado como regulador das práticas ambientais (Gamba; Righetti, 2024).

Surge, nesse contexto, uma outra estratégia capitalista e neoliberal de conformação da subjetividade. A defesa da liberdade torna-se uma forma sofisticada de dominação, afetando intensamente a visão sobre o clima e as mudanças climáticas. “Mas e a economia?”, “E os empregos?”, são perguntas frequentes quando se discute a redução do impacto ambiental e a regulação de atividades extrativistas e poluentes. Tal situação reflete a internalização de valores do mercado, incutidos por esse processo colonial, materializado em uma rede discursiva disseminada pelo poder capitalista e seus aliados na mídia tradicional, nos governos, nas instituições educacionais, no trabalho de influenciadores digitais, entre outras estratégias.

#### 4.1 Uma perspectiva decolonial

Santos (2007) cunhou o termo *pensamento abissal*, que, entre outros desdobramentos, aponta para uma divisão epistemológica entre os conhecimentos do colonizador e do colonizado, em que o saber do primeiro é considerado de maior valor, sendo visto como verdade, enquanto, no caso do segundo grupo, os saberes "não científicos" são desvalorizados e invisibilizados. Universidades e escolas do Sul reproduzem conhecimentos e metodologias coloniais e eurocêntricas, impostas por um modelo de ser, existir, conhecer e fazer que está distante, por exemplo, da cosmovisão de populações indígenas e quilombolas. Tal modelo escolar, baseado nos princípios de escolhas racionais, promove uma generalização, uma universalização da realidade, como se todo ocidental bebesse na fonte da "ciência moderna" ou da "racionalidade" (Spivak, 2009).

Gampietro (2015) discute que, no mundo ocidental, as certezas estabelecidas pela religião foram substituídas pela ciência, que passa a legitimar as escolhas feitas pelo sistema e sua estrutura de poder. Nessa mesma perspectiva, o autor aponta que determinadas políticas são consideradas "o melhor a fazer", de acordo com o que prega a ciência moderna, em uma perspectiva que pode ser mais ritualística do que factual.

Essa visão totalizante do capital (Walsh, 2023), reproduzida nas escolas, seus currículos e materiais didáticos, bem como nas políticas de sustentabilidade empresariais, traz concepções sobre humanidade, desenvolvimento, qualidade de vida e outros conceitos aparentemente consolidados, pois mascarados como verdades absolutas. Ela



revela recortes da realidade que definem como indivíduos e sociedades se relacionam entre si, com o espaço, a natureza e a ideia de futuro. Nessa perspectiva, no campo semântico das políticas públicas de educação ambiental, destaca-se o termo “sustentabilidade”, polissêmico e desvelador de mundividências.

Jones, Reid e Macmillan (2022), ao discutirem saúde pública, apresentam diferentes formas de entender a natureza e suas relações com a humanidade. De um lado, há uma visão colonial, antropocêntrica, que desconecta as populações entre si e delas com a biosfera, numa hierarquização que coloca grupos dominantes acima de grupos subalternizados e da natureza; por outro, surge uma perspectiva de compreensão mais ampla, “ecocentrada”, com a valorização da natureza em si mesma, independentemente de sua utilidade para os seres humanos. Passa-se a reconhecer o processo de interdependência e os impactos da ação humana nos ecossistemas.

Walsh (2019) propõe uma ótica que não reduz a perspectiva decolonial ao diálogo, mas aponta para um posicionamento crítico que se opõe à concepção universal de construtos epistemológicos de conhecimento, Estado e Poder. Para a pesquisadora, a transformação deve partir de um posicionamento intercultural, reconhecendo espaços sociais, políticos e epistêmicos invisibilizados e subvertendo a lógica de poder colonial para a criação de uma alternativa de civilização.

Na academia, há alguns trabalhos, como o de Virtanen, Siragusa e Guttorn (2020), que aproximam o conceito de “sustentabilidade” a uma perspectiva decolonial, o que configuraria a existência de uma “sustentabilidade” inspirada em saberes tradicionais/indígenas e ancestrais para substituir práticas que, fundamentadas pelas epistemologias do Norte, fazem as vezes de uma perspectiva “limpa” para um paradigma de desenvolvimento “sujo” em sua própria concepção.

Aqui, adota-se não o conceito de sustentabilidade decolonial, mas uma aproximação analítica e crítica ao termo sustentabilidade, fundamentada em princípios decoloniais, ou seja, valorizando os saberes que, pela hierarquia epistemológica de que fala Boaventura de Sousa Santos (2007), foram por muito tempo desvalorizados, desmerecidos e invisibilizados.

## 5 O vídeo

O vídeo *The Sustainable Development Goals Report 2022* apresenta um resumo do relatório de 2022 sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU,



destacando os impactos das crises globais, como a COVID-19, conflitos armados e mudanças climáticas, nos ODS. O vídeo foi publicado em 7 de julho de 2022 no canal UNStats, disponível na plataforma YouTube. O canal, que conta com aproximadamente sete mil inscritos e mais de mil vídeos publicados, é administrado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas, vinculada ao Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA/ONU).

Na descrição do vídeo, informa-se que foram utilizados os dados e estimativas mais recentes disponíveis até o momento. O conteúdo anunciado concentra-se, principalmente, nos impactos das múltiplas crises globais sobre a vida das pessoas e seus meios de subsistência. A publicação destaca os avanços relacionados à erradicação da fome e da pobreza, ao mesmo tempo em que reforça a urgência de ações concretas para o cumprimento da Agenda 2030 e a recuperação do progresso em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objetivo declarado é garantir que tanto o planeta quanto as populações sejam contemplados com melhorias significativas nas áreas abrangidas pelo plano global (*The Sustainable Development Goals Report 2022*, 2022).

Para sua análise, foram selecionadas algumas categorias a partir dos elementos verbais apresentados: o uso de dêiticos como “we”, “our” e “us”; o apagamento dos agentes das ações; e a responsabilização de entidades não-humanas.

### 5.1 Uso de dêiticos “WE”, “OUR”, “US”

Os dêiticos são elementos linguísticos que dependem do contexto de fala para sua interpretação (Andrade; Ferrari, 2017). Esses dêiticos (ver quadro 1) funcionam como pronomes inclusivos, que favorecem a criação de um senso de identidade compartilhada ou de coletividade entre o emissor/enunciador e o público-alvo do texto. Assim, estabelece-se uma relação com o leitor, envolvendo-o diretamente nas ideias discutidas. Esse envolvimento pode, inclusive, indicar responsabilidades compartilhadas.

**Quadro 1:** Uso de dêiticos

1	<i><b>Our</b> unsustainable patterns of consumption and production are the root causes of climate change, biodiversity loss and pollution</i>
2	<i><b>Our</b> ocean – the planet’s largest ecosystem – is endangered (plastic/marine pollution, ocean warming, eutrophication, acidification, fishery collapse)</i>
3	<i>The severity and magnitude of the challenges before <b>us</b> require accelerated global-scale action that is committed to and follows the SDG pathways. <b>We</b> must...</i> <ul style="list-style-type: none"><li>- <i>End armed conflicts and embark on a path of diplomacy and peace</i></li><li>- <i>Adopt low-carbon, resilient and inclusive development pathways</i></li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>- <i>Transform the international financial and debt architecture</i></li><li>- <i>Invest in data</i></li></ul>
4	<i>The roadmap of the SDGs will guide us in weathering the storm to come out stronger and better together</i>

**Fonte:** Os autores a partir do conteúdo do vídeo, 2024.

Em (1), o uso do pronome “our” indica responsabilidade compartilhada. No trecho em questão, discutem-se padrões insustentáveis de consumo e produção como a “raiz” das mudanças climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição. Levando-se em conta a ideia de colonialidade e o contexto de produção do vídeo, é como se toda a humanidade participasse das mesmas práticas, inclusive tendo acesso a padrões elevados de consumo. Em (2), o “our” indica propriedade: o “nosso oceano”, o “maior ecossistema do planeta”, está em perigo. A propriedade do oceano é da humanidade? De todos os homens e mulheres? E dos seres não-humanos que ali vivem? Ou seria mais um “recurso”, como a visão capitalista estabelece? A poluição provocada por plásticos, produtos químicos, combustíveis, fertilizantes e esgotos de certa forma responde a essas questões. A visão do oceano como parte de um sistema maior, que vai além das necessidades humanas e não está subjugado à lógica capitalista, não se encontra nesse discurso.

Pescadores artesanais e comunidades tradicionais, que têm no oceano sua forma de subsistência e, de tempos para cá, deixaram de ter acesso aos peixes devido à pesca predatória e à poluição que devastam os oceanos, podem ser incluídos nesse “our”? Na hierarquia do sistema vigente, alguns humanos e seres não-humanos não são vistos como tendo direito ao oceano.

Em (3), o uso do pronome “us” envolve o leitor e o produtor do texto, criando a ideia de participantes de uma mesma situação. A “severidade” e a “magnitude” dos desafios diante de “nós” demandam “ação em escala global”, que seja “comprometida com” e siga os ODS. Nesse sentido, todos “us” devem seguir uma mesma perspectiva, um mesmo caminho. Não há outras possibilidades, outros caminhos, outra forma de existir. O autor inclui o leitor em uma responsabilidade delineada por ele, nos moldes da visão globalizante e totalizante do capitalismo. Em seguida, ainda em (3), o pronome “We” mantém a ideia de inclusividade, estabelecendo um senso de comunidade e propósito compartilhado. Há aí uma estratégia persuasiva, com o propósito de promover responsabilidade solidária.

O uso, em sequência, da palavra “must” reforça o sentido de dever, de necessidade. Então, são elencadas ações tidas como compromissos coletivos: “acabar



com conflitos armados”, “adotar caminhos de desenvolvimento resilientes, inclusivos e com baixa emissão de carbono”, “transformar a arquitetura financeira e de dívidas internacionais” e “investir em dados”. Essa responsabilidade é de fato compartilhada? Quem pode alterar as estruturas de poder, as políticas de desenvolvimento e promover soluções para conflitos armados? Percebe-se a construção de uma narrativa em que as pessoas, geralmente afastadas do campo decisório e apartadas das instâncias de poder, passam a ser corresponsáveis por estruturas nocivas das quais, em geral, são vítimas e não produtoras. Eis o poder da discursividade capitalista e colonial: a adesão ideológica torna-se elemento central para a naturalização e aceitação dos desígnios de um sistema estruturalmente violento e excludente.

A estratégia continua em (4), por meio do uso de “us”, reforçando a responsabilidade compartilhada, agora, incluindo autor e audiência no enfrentamento à tempestade, para sairmos dela “mais fortes e melhores juntos”. O discurso de superação, associado à ideia de que a crise gera oportunidades, reflete um discurso amplamente difundido no universo empresarial, repetido incansavelmente em textos e palestras motivacionais. Mais uma vez, o discurso do colonizador busca justificar o sofrimento do colonizado. A metáfora da tempestade, interpretada como um período de “perdas necessárias”, projeta a promessa de um futuro melhor, alcançado “juntos”. No entanto, essa estratégia discursiva pode ocultar um aspecto fundamental: a persistente classificação da humanidade entre humanos plenos e sub-humanos, entre aqueles considerados dignos de direitos e aqueles cuja existência sequer é reconhecida. Nesse contexto, cabe questionar: o “juntos” é, de fato, inclusivo? Ou trata-se apenas de uma palavra vazia, que ignora a alteridade e, por consequência, não se compromete com um futuro verdadeiramente compartilhado?

## 5.2 Apagamento dos agentes das ações

Existem estratégias discursivas que apagam, suavizam ou desviam responsabilidades e autorias (ver Quadro 2). São várias as estratégias utilizadas para esse fim, como o uso da voz passiva, expressões impessoais, abstrações ou a atribuição de ações a agentes não específicos. Dessa maneira, cria-se uma distância entre aqueles que produziram determinadas ações e os resultados por elas ocasionados.

**Quadro 2:** apagamento dos agentes das ações

5	<i>Women have suffered a greater share of job losses combined with increased care work at home</i>
---	--



6	<i>Worldwide, 160 million children were engaged in child labour in 2020</i>
7	<i>Species extinction is increasing at a rate unprecedented in human history</i>

**Fonte:** Os autores a partir do conteúdo do vídeo, 2024.

Em (5), “Mulheres sofreram maior proporção de perdas de emprego combinadas com aumento do trabalho de cuidados com a casa”, o sujeito do enunciado é quem sofre o impacto, mas quem é responsável pela perda de empregos nesse grupo? A estrutura patriarcal? O sistema capitalista? Elas sofreram, mas quem infligiu o sofrimento? Esse apagamento da responsabilidade parece ter um propósito, já que os ODS e a avaliação do progresso das políticas de sustentabilidade são assinados pelo grupo dominante, aquele que centraliza o poder no mundo capitalista. É importante lembrar que o patriarcado constitui uma das bases estruturais da dominação moderna, em articulação com o capitalismo e o colonialismo (Santos, 2022). Embora o problema seja amplamente reconhecido, nomear de forma direta, objetiva e explícita o sistema patriarcal como responsável por desigualdades estruturais pode representar uma afronta aos interesses da lógica neoliberal, que tende a neutralizar ou esvaziar discursos críticos em nome da manutenção do *status quo*.

A estratégia se reproduz em 6 e 7, já que “160 milhões de crianças estavam envolvidas em trabalho infantil em 2020” (voz passiva, apagamento do agente) e “A extinção de espécies está aumentando em um nível sem precedentes na história da humanidade” (qual ente abstrato aumenta a extinção de espécies?). As crianças envolvidas em trabalho infantil não pertencem às classes dominantes. São, em sua maioria, vítimas da pobreza e do abandono nas periferias do capitalismo, ou mesmo nas desigualdades persistentes no seu próprio centro. O que se observa é que as crianças que vivem além da linha abissal (Santos, 2007) são sistematicamente esquecidas: a elas não são negados apenas direitos fundamentais, mas o próprio reconhecimento de sua existência enquanto sujeitos humanos.

Se é necessário ao sistema capitalista se reinventar a cada crise, a estratégia de apagamento é adequada, porque não se pode (ou não se quer) culpabilizar nominalmente a estrutura de poder. As consequências são mencionadas, mas parecem abstrações sem relação de causa e efeito. É preciso combater o efeito, mas não a sua causa, para garantir a manutenção do *status quo*.



### 5.3 Responsabilização de entidades não-humanas

O flagelo da pandemia da COVID-19 apresentou diferentes consequências nas diversas regiões do mundo. A adoção de determinadas políticas de saúde pública, a disponibilidade de hospitais e profissionais de saúde, a adesão de líderes de Estado ao negacionismo científico, entre outros fatores, impactaram o número de mortes e a percepção do que foi esse evento devastador.

Contudo, a COVID-19 é frequentemente apontada como responsável pela tragédia (ver Quadro 3), desconsiderando-se os contextos e as ações humanas que maximizaram ou minimizaram os efeitos da disseminação da doença.

**Quadro 3:** Responsabilização de entidades não-humanas

8	<i>COVID-19 has wreaked havoc across the Goals and its effects are still far from over / More the 4 years of progress in alleviating poverty has been erased by COVID-19 / Pushing 93 million more people worldwide into extreme poverty in 2020</i>
9	<i>Conflict, COVID-19, climate change and growing inequalities are converging to undermine global food security / About 1 in 10 people worldwide are suffering from hunger</i>
10	<i>COVID-19 is threatening decades of progress in global health</i>
11	<i>COVID-19 has deepened a global learning crisis / 147 million children missed over half of in-person instruction in 2020-2021</i>

**Fonte:** Os autores a partir do conteúdo do vídeo, 2024.

Em (8), (10) e (11), a pandemia da COVID-19 é colocada como a principal responsável pela perda dos avanços em direção à diminuição da pobreza, pela ameaça a décadas de progresso na saúde global e pelo aprofundamento da crise educacional. A própria ideia de "progresso da saúde global" parece contraditória em relação ao resultado do relatório em si. Além disso, embora se possa reconhecer o caráter informativo e resumido do vídeo de divulgação do documento, colocar a COVID-19 como uma abstração que produz miséria e perdas educacionais afasta a responsabilidade pelas estruturas de poder que causaram impactos muito diferentes da pandemia, tanto geograficamente quanto socialmente. Pode-se, inclusive, pensar na situação brasileira, que enfrentou a pandemia durante um governo negacionista da ciência e, por isso, viveu um caos de desinformação e perdeu muitas vidas que poderiam ter sido poupadas se houvesse um trabalho sério e coordenado de cobertura vacinal (Gamba; Righetti, 2024).

As diferenças no enfrentamento da pandemia da COVID-19 trouxeram à ordem do dia na academia e na divulgação científica temas como "racismo ambiental", "justiça



ambiental" e "colonialismo ambiental", dada a gravidade dos impactos causados em comunidades periféricas e em países em desenvolvimento.

Em (9), ainda que de forma abstrata, há um contexto mais amplo na atribuição de responsabilidades pelo aumento da fome no mundo. São mencionados os conflitos, as mudanças climáticas, o aumento das desigualdades e a COVID-19 como fatores que “minaram” a segurança alimentar em nível global. Essa responsabilização multifatorial parece indicar uma visão mais complexa e, em certo sentido, estrutural do problema da fome. Ao se falar de "desigualdades", há uma acusação implícita ao sistema que gerou a crise alimentar. O texto se aproxima, assim, de uma crítica ao capitalismo, mas sem se evidenciar de maneira concreta.

#### 5.4 As visões de sustentabilidade que emergem do vídeo

O discurso presente na peça de divulgação é alarmante, apontando situações que precisam mudar com urgência para garantir a sobrevivência da humanidade. No entanto, o relatório resumido se aproxima do discurso empresarial, com autorias apagadas e apelando a um senso de coletividade artificial, e não a uma coletividade realmente construída.

A sustentabilidade apresentada, em síntese, é construída com base em princípios coloniais, pois não há valorização de diferentes saberes e outras lógicas. A orientação de que o caminho único a seguir é o apresentado pela instituição responsável pelo relatório é assertiva. Deve-se seguir os ODS, reduzir as emissões de carbono, mudar hábitos de consumo e promover caminhos de desenvolvimento mais inclusivos, mas esses caminhos não são definidos. Não há indícios de promoção de uma mudança real, de rompimento com as práticas que trouxeram o planeta à atual situação.

A esse respeito, são importantes as palavras de Dardot e Laval (2017):

A crise ambiental não é a única a afetar o destino das populações do globo, e há certo perigo em achar que apenas a emergência climática exige mobilização geral, enquanto empresas, classes dominantes e Estados continuam brigando para tomar para si o máximo de poder, riqueza e prestígio, como de costume, como se não tivessem nada a ver com isso. Mas essa crise, talvez mais do que as outras, mostra bem os impasses com que nos defrontamos. O mundo não ficará mais protegido com a implantação de uma espécie de reserva de 'bens comuns naturais' (terra, água, ar, florestas etc.) 'milagrosamente' preservados da expansão indefinida do capitalismo. Todas as atividades e todas as regiões interagem. Logo, não é tanto uma questão de proteger 'bens' fundamentais para a sobrevivência humana, mas de mudar profundamente a economia e a sociedade, derrubando o sistema de normas que está ameaçando de maneira direta a humanidade e a natureza (Dardot; Laval, 2017, p. 13).



A ONU, por meio dos ODS, orienta o que seria uma mobilização geral, mas dificilmente os objetivos serão atingidos. Em primeiro lugar, por causa da estrutura em que "empresas, classes dominantes e Estados" objetivam não o bem-estar, a saúde do planeta, o respeito a diferentes populações, a não hierarquização entre seres-viventes e não-viventes, mas a busca incessante por poder e lucro. Em segundo lugar, porque a transformação "desejada" não é, de fato, uma mudança, mas uma estratégia de manutenção do sistema tal como é, com um espaço para a exploração dos recursos naturais de forma "sustentável".

Como se pode "conservar e usar de forma sustentável os oceanos", "garantir padrões de consumo e produção sustentáveis", "proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres" e "promover sociedades pacíficas e inclusivas" (ONU, 2018), entre outros objetivos, sem derrubar "o sistema de normas que está ameaçando de maneira direta a humanidade e a natureza"?

## 6 Considerações Finais

A proposta de uma visão decolonial da sustentabilidade, embora ofereça contribuições valiosas para repensar as dinâmicas do capitalismo e suas relações de exploração, não está isenta de críticas. Autores decoloniais como Mignolo (2011) e Lugones (2018) apresentam uma análise essencial das relações de poder subjacentes ao sistema capitalista, questionando as premissas eurocêntricas e antropocêntricas que moldam nossa compreensão do meio ambiente e da sustentabilidade. Contudo, suas perspectivas frequentemente carecem de uma proposta clara e detalhada de transformação estrutural capaz de desafiar, de maneira efetiva, as bases do capitalismo que continuam a perpetuar a exploração ambiental e social.

Embora seja válida a crítica à visão antropocêntrica e especista, a decolonialidade, em muitas instâncias, não apresenta alternativas viáveis e acessíveis para a construção de um novo modelo econômico e social que rompa substancialmente com as lógicas de exploração. Geralmente, como argumenta Santos (2022), os estudos decoloniais são profícuos em denunciar, mas não são propositivos. A tentativa de reconectar seres humanos e natureza, promovendo uma interdependência respeitosa e recíproca, é nobre, mas dificilmente alcançável sem mudanças profundas nas próprias estruturas de poder que sustentam o capitalismo global. Em razão disso, a crítica decolonial peca por não propor práticas alternativas suficientes, especialmente em um contexto globalizado, onde



as relações de poder e o controle econômico estão firmemente enraizados. Por essa razão, justifica-se a posição apresentada no início deste artigo sobre a necessidade de uma “correção” dos rumos do capitalismo, a qual se materializa nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2022).

Além disso, ao focar nas dimensões simbólicas e discursivas das relações coloniais, autores decoloniais muitas vezes subestimam a necessidade de uma reforma mais prática e direta nos sistemas econômicos que impulsionam a degradação ambiental. A crítica ao discurso dominante é imprescindível, mas é fundamental que ela seja acompanhada de propostas que impactem o funcionamento do capitalismo e da ordem global. Isso implica transformar não apenas as narrativas, mas também os processos econômicos e produtivos que ainda alimentam a crise ambiental.

Diante disso, é necessário ampliar a discussão sobre sustentabilidade para além da crítica ao discurso e incorporar uma análise mais concreta das estruturas de poder econômico, político e social que mantêm a lógica de exploração. A verdadeira transformação só será possível quando novas narrativas se concretizarem em práticas reais, tangíveis e eficazes, que subvertam as fundações coloniais do capitalismo. Com isso, é urgente continuar explorando as fissuras no pensamento decolonial e buscar alternativas práticas que não apenas desafiem o discurso dominante, mas também transformem as relações materiais de poder que sustentam a crise ambiental e social.

O conceito de sustentabilidade, sob uma perspectiva colonial, está restrito à manutenção do sistema capitalista, que se apresenta como a resposta do próprio capitalismo à crise ambiental. Uma resposta ideológica e à serviço da manutenção das estruturas de poder, materializada em elementos discursivos. Embora o conceito de sustentabilidade do modelo capitalista não desprezasse críticas importantes feitas por diversos autores ao longo da história, como E. F. Schumacher (1983), Hannah Arendt (2016) e Naomi Klein (2017), configura um discurso amplamente aceito, que promove a responsabilização coletiva, mas não altera substancialmente a relação com a natureza. Em vez de transformar essa relação, ele garante a continuidade da exploração dos recursos naturais e mantém as estruturas de poder dominantes, assegurando a perpetuação de um modelo de desenvolvimento insustentável.

O vídeo analisado neste artigo revela um discurso que falha em responsabilizar ou apontar as causas das tragédias humanitárias, ambientais e climáticas vivenciadas atualmente. Ao invés disso, utiliza apagamentos, estratégias discursivas e abstrações para desviar a responsabilidade do capitalismo e suas estruturas de poder. Essa falta de



responsabilização é transferida para o indivíduo, inserido em uma rede de culpa pela situação atual do planeta. Esse mesmo indivíduo é então convocado à ação para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e transformar a realidade, engajando-se na promoção de uma sustentabilidade que, em última instância, não questiona o próprio sistema causador dos problemas. Essa dinâmica resulta em uma conformação da subjetividade, limitando as possibilidades de uma mudança real. De novo, manifesta-se o lado não material da dominação capitalista, mas suas ferramentas ideológicas de adesão e conformação.

Numa perspectiva do Norte global, o conteúdo do vídeo e a construção do conceito de sustentabilidade revelam um discurso antropocêntrico, no qual a humanidade ocupa o topo da hierarquia em sua relação com outros seres vivos e a natureza. Essa visão é também especista, conforme apontado por Peter Singer (2011). O oceano, por exemplo, é retratado como propriedade, e a natureza é tratada como recurso, desconsiderando a interdependência entre seres vivos e não-vivos. Em contraste, a perspectiva decolonial, defendida por autores como Walter Mignolo (2011) e María Lugones (2018), propõe uma visão em que seres humanos, animais, plantas e outros elementos naturais formam um sistema interconectado e igualmente valioso, em que a sustentabilidade é entendida como a manutenção dessa rede de interdependência e reciprocidade.

Ao divulgar os resultados de um relatório, os enunciados apresentados não são neutros; eles materializam uma visão de mundo e as intenções de uma estrutura maior de poder. Essas estruturas visam a reinvenção cíclica do capitalismo, com suas demandas financeiras e formas de subjetivação, perpetuando a ideia de que a crise ambiental pode ser resolvida sem questionar o sistema que a origina. Compreender essa rede de poder pode ser o primeiro passo para promover uma verdadeira mudança, permitindo o surgimento de outras visões de mundo e de bem-estar.

Por fim, as fissuras e possibilidades para novos trabalhos são evidentes: é fundamental aprofundar a análise de como o conceito de sustentabilidade pode ser reconfigurado a partir de uma perspectiva decolonial. A crítica ao capitalismo ambiental, a desconstrução do antropocentrismo e a valorização da interdependência entre os seres vivos e a natureza são caminhos férteis para uma mudança de paradigma. Esses trabalhos devem buscar alternativas que rompam com as narrativas coloniais, propondo práticas sustentáveis que envolvam uma relação mais equitativa com a natureza e com as diversas formas de vida.



## Referências

- AGAMBEN, G. **What is an Apparatus?** and other Essays. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- ANDRADE, H. de; FERRARI, L. Dêixis, espaços mentais e categorização: o caso dos pronomes we e you em inglês. **Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 33, p. 219–241, mar., 2017.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.
- BARROSO, J. O Estado e a Educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: BARROSO, J. (org.). **A regulação das Políticas Públicas de Educação: espaços, dinâmicas e actores**. Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2006. p. 41–70.
- BHABHA, H. K. **The Location of Culture**. 2nd ed. London: Routledge, 2004.
- CAMACHO, B. I. J. **Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio aos Objetivos Desenvolvimento Sustentável: trajetórias, percepções e desafios nas ONGD portuguesas** Dissertação (Mestrado) Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 20217.
- DARROT, P.; LAVAL, C. **Comum: ensaios sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DOSTOYEVSKY, F. **Notes from the underground**. New York: Open Road Integrated Media, 2014.
- GAMBA, E.; RIGHETTI, S. **Mynews explica: negacionismo científico e suas consequências**. São Paulo: Edições 70, 2024.
- GAMPIETRO, M. F. **Science, Philosophy and Sustainability - the end of the Cartesian dream**. 1. ed. London and New York: Routledge, 2015.
- HANSEN, D. **The Teacher and the World: a study of cosmopolitanism in Education**. New York: Routledge, 2011.
- HEGEL, G. W. F. **Phenomenology of spirit**. Trad. A. V. Miller. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- JONES, R.; REID, P.; MACMILLAN, A. Navigating fundamental tensions towards a decolonial relational vision of planetary health. **The Lancet Planetary Health**, London, v. 6, n. 10, p. e834–e841, out. 2022.
- KANT, E. **Gesammelte Schriften**. Berlim: Preussischen und Deutschen Akademie der Wissenschaften, 1902.
- KLEIN, N. **Não basta dizer não**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- KOSOP, R. J. C.; LIMA, J. E. de S. Sustentabilidade e Decolonialidade: bases fundantes de um estado plurinacional. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v. 3, n. 2, p. 195–215, 2017.



LIMA, M. C.; SPELLMANN, S. Desigualdade global, crise multidimensional e as falácias do desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. e022008, jun., 2022.

LUGONES, M. **Pilgrimages/Peregrinajes**: theorizing coalition against multiple oppressions. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

MARQUES, R. M.; ANDRADE, P. R. Marx e o capitalismo do século XXI. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 766–787, oct./dec. 2020.

MENDONÇA, S. Simón Rodríguez's Educational Philosophy: hospitality, irreverence, communism, and questioning. **SERA Researching Education Bulletin**. Edição Especial, outubro de 2025. Disponível em: <https://www.sera.ac.uk/wp-content/uploads/sites/13/2025/10/SERA-REB-Brilliant-Yet-Shadowed-Final-Manuscript-1.pdf>. Acesso em: 05 out. 2025.

MENDONÇA, S.; PIOVESANA, G. F.; PISSOLITO, V. Geoethics and Sustainability: Addressing Challenges in Environmental Education for Achieving the SDGs. **Sustainability**, Basel, v. 17, n. 2, p. 574, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/su17020574>

MIGNOLO, W. **The Darker Side of Western Modernity**. Global Futures, Decolonial Options. Durham: Duke University Press, 2011.

MUÑOZ-ARCE, G; RAIN, A. Decolonising community social work: Contributions of front-line professional resistances from a Mapuche perspective. **Critical and Radical Social Work**, Bristol, v. 10, n. 3, p. 362–376, 2022.

NIETZSCHE, F. **Morgenröte**. Berlim: Goldmann, 1999a. Neuauflage nov. 1999.

NIETZSCHE, F. **Die fröhliche Wissenschaft**. La gaya scienza. Berlim: Goldmann, 1999b. Neuauflage nov. 1999.

NIETZSCHE, F. **Beyond good and evil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Neuauflage nov. 1999.

ONU, P. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Ambientalmente Sustentável**, La Coruña, v. 25, n. 1, p. 171–190, jan., 2018.

PEREIRA, R. S. et al. O discurso da sustentabilidade no capitalismo: uma falácia? In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 19., 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2017. p. 1–16.

QUIJANO, A. **Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America**. 2nd ed. Durham: Duke University Press, 2007.

REDVERS, N. et al. The determinants of planetary health: an Indigenous consensus perspective. **The Lancet Planetary Health**, London, v. 6, n. 2, p. e156–e163, fev. 2022.

RENK, A.; WINCKLER, S.; AMPOLINI, G. Território e resistência: a luta pela sustentabilidade decolonial na América Latina. In: GALVÃO, J. M. N. (Org.). **Direito e meio-ambiente**: reflexões sobre globalização e sustentabilidade, v. 3. Ponta Grossa: Aya, 2025, p. 64–83.

SAID, E. W. **Humanism and democratic criticism**. New York: Columbia University Press, 2004.



- SAID, E. W. **Orientalism**. 40th anniversary ed. New York: Pantheon Books, 2014.
- SANTOS, B. S. **Descolonizar: abrindo a história do presente**. Belo Horizonte, São Paulo: Autêntica, Boitempo, 2022.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71–94, nov. 2007.
- SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno: um estudo da economia que leva em conta as pessoas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1983.
- SILVA, E. R. A. da. Os objetivos do desenvolvimento sustentável e os desafios da nação. In.: DE NEGRI, J. A., ARAÚJO, B. C., BACELETTE, R. (Organizadores). **Desafios da Nação: artigos de apoio**. Brasília: IPEA. 2018.
- SINGER, P. **Practical Ethics**. 3. ed. New York: Cambridge University Press, 2011.
- SPIVAK, G. C. Speaking for the Humanities. **Occasion: Interdisciplinary Studies in the Humanities**, Stanford, v. 1, n. 1, out. 2009.
- STELLINO, P. **Nietzsche and Dostoevsky: On the Verge of Nihilism**. Bern: Peter Lang, 2015.
- TEIXEIRA, A. V.; SOBRINHO, L. L. P.; REATO, T. T. Sustentabilidade e ESG: o consumo sustentável no cenário neoliberal. **Veredas do Direito. Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, Belo Horizonte, v. 21, p. e212633–e212633, abr. 2024.
- THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS REPORT 2022. ONU. 7 jul. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j2kB6831gVs>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- TRAGTENBERG, M. **Educação e Burocracia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2012.
- UDAH, H. Decolonising Research for Justice: ethical imperatives and practical applications. **International Journal of Qualitative Methods**, Alberta, v. 23, p. 1–10, 2024.
- VIRTANEN, P. K.; SIRAGUSA, L.; GUTTORM, H. Introduction: toward more inclusive definitions of sustainability. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, Stockholm, v. 43, p. 77–82, abr. 2020.
- WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 6–39, set. 2019.
- WALSH, C. E. On Justice, Pedagogy, and Decolonial (Izing) Praxis. **Educational Theory**, Illinois, v. 73, n. 4, p. 511–529, 2023.
- ZONTA, A. L. et al. The role of transdisciplinarity in building a decolonial bridge between science, policy, and practice. **GAIA - Ecological Perspectives for Science and Society**, Munich, v. 32, n. 1, p. 107–114, maio, 2023.

Recebido em: 14 de fevereiro de 2025.

Aceito em: 04 de novembro de 2025.